

- **Direitos Sociais na Ordem Econômica e Tributária**
 - Profa. Dra. Milena Zampieri Sellmann e Profa. Dra. Daisy Rafaela da Silva

Carga Horária: 45

Horas Créditos: 3

Ementa:

Ordem Econômica e Tributária como direitos fundamentais para o amparo da dignidade da pessoa humana. Ordem econômica e a valorização do trabalho humano, a livre iniciativa, a justiça social. Princípios norteadores. Ordem Tributária. Sistema tributário nacional. Princípios fundantes. Tributação e direitos fundamentais. Incidência tributária e os direitos sociais. Extrafiscalidade. A proteção do mínimo existencial. Capacidade contributiva. Tributação e a proteção do direito de propriedade. Políticas públicas e atuação do poder judiciário para concretização dos direitos sociais na ordem econômica e tributária.

Objetivos Gerais:

Aprimorar o conhecimento, tornando o mestrando um cidadão jurista crítico, conhecedor da legislação, doutrina e jurisprudência predominante em nosso sistema normativo e no direito comparado. Realizar pesquisa abordando temáticas dos direitos sociais na ordem econômica e tributária, objetivando o desenvolvimento das habilidades de pesquisador, magistério, produzindo artigos, resenhas, discutindo temas controvertidos.

Bibliografia Básica:

ALEXY, Robert. Teoria dos direitos fundamentais. São Paulo: Malheiros, 2011.
_____. Direito constitucional e direito ordinário — jurisdição constitucional e jurisdição especializada. In: Constitucionalismo discursivo. 4. ed. Organizador/tradutor: Luís Afonso Heck. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2015.

ÁVILA, Humberto. Teoria da igualdade tributária. 2.ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

BARAN, Paula. A economia política do desenvolvimento. São Paulo: Nova Cultural, 198.

BONAVIDES, Paulo. Do estado liberal ao estado social. 4.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

BUFFON, Marciano. Tributação e dignidade humana: entre os direitos e deveres fundamentais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

_____, Marciano. Tributação e direitos sociais: a extrafiscalidade instrumento de efetividade. Revista Brasileira de Direito, IMED, Vol. 8, nº 2, p. 38 – 68.jul-dez 2012.

CARRAZZA, Roque Antonio. Curso de direito constitucional tributário. 28. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

CARVALHOSA, Modesto Souza Barros. A ordem econômica na constituição de 1969. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1972.

DUSEK, Patricia Maria. A ordem econômica e a função social da empresa. Revista Jurídica Direito & Paz, Lorena, v.17, n. 32 , p. 281-339, Jan./Jun. 2015.

DUTRA, Micaela Dominguez. Capacidade Contributiva - Análise dos Direitos Humanos e Fundamentais. São Paulo: Saraiva, 2010.

FALCÃO, Raimundo Bezerra. Tributação e mudança social. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

FERNANDES, Edison Carlos; PEIXOTO, Marcelo Magalhaes (Coord.). Tributação, justiça e liberdade. Curitiba: Jurua, 2005.

GOUVÊA, Marcus de Freitas. A extrafiscalidade no direito tributário. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

GOMES, Orlando; VARELA, Antunes. Direito economico. São Paulo: Saraiva, 1977.

GRECO, Marco Aurélio, GODOI, Marciano Seabra de (coords.). Solidariedade social e tributação. São Paulo: Dialética, 2005.

PINTO, Keziah A. V. Silva; SELLMANN, Milena Zampieri. Uma releitura do princípio da capacidade contributiva à luz do neoconstitucionalismo. Direito & Paz, v. 26, p. 193-225, 2012.

_____. Penhora do Bem de Família como Privilégio do Crédito Tributário Face ao Direito à Moradia. XX Congresso Nacional do CONPEDI - Vitória. 1ed. Florianópolis: Conpedi, 2011, p. 6961-6983.

PRECIADO DOMÉNECH, Carlos Hugo; PROLOGUISTA BAYLOS GRAU, Antonio. Interpretación de los derechos humanos y los derechos fundamentales. Espanha: Editorial Aranzadi, 2016.

PULCINELLI, Ana Luiz Godoy; JANINI, Tiago Cappi. Os direitos fundamentais do contribuinte: breve abordagem a partir da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. In: Edgardo Torres Lopez; Iltons Garcia da Costa; Rogério Cangussu Dantas Cachichi. (Org.). Coletânea Direitos Humanos em homenagem ao humanista Melitón Torres Tovar. 1ed. Curitiba: Instituto Memória, 2018, v. 1, p. 790-805.

LACOMBE, Américo Lourenço Masset. Princípios constitucionais tributários. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

MACHADO, Hugo de Brito. Direitos Fundamentais do Contribuinte e a efetividade da Jurisdição. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. Curso de direito tributário. 35.ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

_____. Os princípios jurídicos da tributação na Constituição de 1988. 4.ed. São Paulo: Dialética, 2001.

_____. Hugo de Brito. Gastos com educação e o imposto sobre a renda”, Revista de dialética de direito tributário, n. 165, p. 81-89, jun\2009.

MARTINS, Ives Gandra da Silva (coord.). Direitos fundamentais do contribuinte. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2011.

NABAIS, José Casalta. O dever fundamental de pagar impostos: contributo para a compreensão constitucional do Estado fiscal contemporâneo. 4. ed. Almedina: Coimbra, 2015.

NOGUEIRA, Alberto. A reconstrução dos direitos humanos da tributação. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

QUEIROZ, Cristina M. M. Direitos fundamentais (teoria geral).2. ed. Lisboa: Coimbra Editora, 2010.

RAMPAZZO, L.; DUARTE, D. ; PRUDENTE, H. A. ; OLIVEIRA, K. A. M. ;

ROSSO, L. U. ; MARCELO, J. R.; RANGEL, I. M. M. P. ; REIS, J. A. ; AZAMBUJA, M. J. C. ; MELO, J. A. F. Guia para elaboração de trabalhos acadêmicos. 1. ed. Cachoeira Paulista: Faculdade Canção Nova, 2016. v. 1. 121p.

SARHAN, Suhel Junior, SELLMANN, Milena Zampieri. A função social da empresa e seu princípio da preservação. São Paulo: Publit, 2015.

SARLET, Ingo Wolfgang. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988. 4.ed. Porto Alegre, 2006.

SELLMANN, Milena Zampieri Sellmann. O imposto sobre a renda e proventos: aspectos constitucionais e principiológicos. Rio de Janeiro: Barra Livros, 2014.

_____. O iss no contrato de franquia. São Paulo: CRV editoras, 2016.

SILVA, Daisy Rafaela. O Consumo na Pós-modernidade: efeito colateral nas classes D & E. 1ª. ed. Campinas - SP: Átomo e Alínea, 2014.

_____. Direito Social e Patrimônio Cultural. 1. ed. Campinas -SP: Editora Alínea, 2016.

STIGLITZ, Joseph. O preço da desigualdade. Portugal: Bertrand, 2016.

TIPKE, Klaus; YAMASHITA, Douglas. Justiça fiscal e princípio da capacidade contributiva. São Paulo: Malheiros, 2002.

TORRES, Ricardo Lobo. Curso de direito financeiro e tributário. 18.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

_____. O mínimo existencial e os direitos fundamentais. Revista de direito administrativo, Rio de Janeiro, n. 177, p. 29-49, jul./set., 1989.

Bibliografia Complementar:

ASSAFIM, João Marcelo de Lima; SILVA, Nelson Finotti; ALKIMIN, MARIA

APARECIDA. Direitos Humanos, Fundamentais e Desenvolvimento Social. 1. ed. São Paulo: C: Clássica Editora, 2012. v. 1. 450p.

ALKIMIM, Maria Aparecida. Trabalho decente e meio ambiente laboral sadio e equilibrado sob o viés da tutela dos direitos fundamentais e sociais do trabalhador. In: Elisaide Trevisam; Thais Novaes Cavalcanti; Margareth Anne Leister; Angela Jank Calixto. (Org.). 30 Anos de Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988 -Homenagem à Professora Anna Candida da Cunha Ferraz. 1ed.Curitiba-PR: Juruá Editora, 2018, v. 1, p. 1-2

_____; CECATO, M. A. (Org.); PEREIRA, R. M. B. (Org.). DIREITO DO TRABALHO E MEIO AMBIENTE DO TRABALHO III. 1. ed. Florianópolis: CONPEDI, 2016. v. 1. 380p.

_____; YOSHIDA, C. Y. M. O DIREITO FUNDAMENTAL DO TRABALHADOR AO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO SADIO E EQUILIBRADO E A CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE. In: CONPEDI/UFS. (Org.). DIREITO E SUSTENTABILIDADE. 1ed.Florianópolis: CONPEDI, 2015, v. 1, p. 1.

ÁVILA, Humberto. Sistema constitucional tributário. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. Teoria dos princípios. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

AMARO, Luciano. Direito tributário brasileiro. 20. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014.

ATALIBA, Geraldo. Hipótese de incidência tributária. 6. ed. 12ª tiragem. São Paulo: Malheiros, 2010.

BALEEIRO, Aliomar de Andrade. Direito tributário brasileiro. 11. ed. atual. por Misabel de Abreu Machado Derzi. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

_____. Limitações constitucionais ao poder de tributar. 8. ed. atual. por Misabel de Abreu Machado Derzi. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

BECKER, Alfredo Augusto. Teoria geral do direito tributário. 5.ed. São Paulo: Noeses, 2010.

BOBBIO, Norberto. Teoria do ordenamento jurídico. São Paulo: Edipro, 2011.

BULOS, UadiLammêgo. Curso de direito constitucional. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito constitucional e teoria da constituição. 7.ed.8. reimpr. Coimbra: Almedina, 2010.

COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de direito tributário brasileiro. 23. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

COSTA, Regina Helena. Princípio da capacidade contributiva. 3. ed. atual., rev. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2003.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos da teoria geral do estado. 19. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 1995.

FARIA, José Eduardo. Direitos humanos, direitos sociais e justiça. São Paulo: Malheiros, 2010. FERREIRA, Fernando Galvão de Andréa. Colisão no exercício de direitos fundamentais. 2004. 166 p. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

GRAU, Eros Roberto. A ordem econômica na Constituição de 1988. 3 ed. São Paulo: Malheiros, 1998.

KELSEN, Hans. Teoria geral do direito e do estado. Tradução Luís Carlos Borges. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. Teoria pura do direito. Tradução João Batista Machado. 8.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

LEMES, Mariana Carolina; BIANCHI, P. N. L. Readaptação do servidor público: em busca de uma política pública eficaz de prevenção de agravos à saúde e deterioração do meio ambiente de trabalho. Direito do Trabalho e Meio Ambiente do Trabalho II. 1ed. Florianópolis: Conpedi, 2016, p. 47-64.

LEITE, George Salomão (org.). Dos princípios constitucionais – considerações em torno das normas principiológicas da constituição. São Paulo: Método, 2008.

MACHADO, Hugo de Brito. Os princípios jurídicos da tributação na constituição de 1988. 5.ed. São Paulo: Dialética, 2004.

MARTINS, Ives Gandra da Silva (Coord.). Curso de direito tributário. São Paulo: Saraiva, 1982.

MEDEIROS, João Bosco; HENRIQUES, Antônio. Metodologia Científica na Pesquisa Jurídica. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

RÁO, Vicente. O direito e a vida dos direitos. 7. ed. anotada e atual. por Ovídio Rocha Barros Sandoval. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

ROCHA, Valdir de Oliveira (Coord.). Grandes questões atuais do direito tributário. São Paulo: Dialética, 2007.

SILVA, D. R.; LEISTER, M. A. Direitos sociais e crise: reflexões sobre o estado social no Brasil. In: LISAIDE TREVISAM E LIVIA GAIGHER - ORGANIZADORES: YURI NATHAN DA COSTA LANNES, EUDES VITOR BEZERRA E ANGELA JANK CALIXTO. (Org.). Direito & Solidariedade. 1ed. Curitiba Paraná: Juruá, 2017, p. 01-20.

SILVA, D. R.; PICARDI, R.R. S.; SILVA, DAISY RAFAELA DA. A Concretização dos Direitos Fundamentais em Face do Orçamento Público. In: ELISAIDE TREVISAM, THAIS NOVAES CAVALCANTI E MARGARETH ANNE LEISTER? ORGANIZADORA: ANGELA JANK CALIXTO. (Org.). 30 Anos de Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988 - Homenagem a Professora Anna Candida da Cunha Ferraz. 1ed. Curitiba - Paraná: Juruá, 2018, p. 277-292.

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 37.ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

SERRANO, Pablo Jiménez. O DIREITO À EDUCAÇÃO EM FACE DA ETICIDADE NAS RELAÇÕES EMPRESARIAIS E DE CONSUMO In: Direitos humanos na atualidade: avanços e retrocessos. 1 ed. Volta Redonda: Editora Unifoa, 2017, p. 21-56.

UCKMAR, Victor. Princípios comuns de direito constitucional tributário. Tradução e notas de Marco Aurélio Greco. São Paulo: Malheiros, 1976.

VILANOVA, Lourival. Estruturas lógicas e o sistema de direito positivo. 4. ed. São Paulo: Noeses, 2010.

VILLAS BÔAS, Regina Vera. Políticas públicas e demandas sociais: Diálogos Contemporâneos II. 1. ed. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2016.

PERIÓDICOS:

Portal de Periódicos-Biblioteca virtual da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Acesso: http://www-periodicos-capes-gov-br.ez254.periodicos.capes.gov.br/index.php?option%3Dcom_phome%26Itemid%3D68%26

Revista Brasileira de Políticas Públicas

Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais

Revista de Direitos Fundamentais & Democracia

Revista Brasileira de Direito—IMED

Revista Opinião Jurídica

Revista Direito e Paz – UNISAL

Revista Trimestral de Jurisprudência – STF;

Revista do Superior Tribunal de Justiça - STJ;

Revista dos Tribunais;

Revista de Informação Legislativa;